

Violência nas Escolas: O conceito de violência e o processo grupal como método de intervenção e pesquisa. Contribuição para a formação inicial e continuada de professores e psicólogos.

*Autora: Prof^ª. Dr^ª. Nilma Renildes da Silva
Depto. de Psicologia – UNESP Bauru/SP
E-mail: nilmars@fc.unesp.br*

*Apoio: Coordenadoria Didático-Científico
- FUNDUNESP*

Este artigo descreve o trabalho de pesquisa e intervenção em desenvolvimento na UNESP Bauru desde 2003 para minimizar os efeitos das relações permeadas pelo uso da violência na escola. Nossos objetivos com este trabalho são: aprofundar a compreensão do conceito de violência com base nos estudos realizados por MARTÍN-BARÓ (1997) e VÁSQUEZ (1978); organizar um processo grupal de formação inicial para alunos do curso de Psicologia e continuada para professores e profissionais que atuam com adolescentes e jovens em conflito com a lei; refletir sobre o papel da educação e dos educadores como mediadores na construção do processo de sociabilidade dos indivíduos; o último objetivo relaciona-se a pesquisas que estão em fase de análise de dados: o processo grupal como fonte de informações sobre o processo de desenvolvimento da consciência de professores e discentes no sentido de evitar a violência no cotidiano.

1. O processo grupal como método de intervenção e pesquisa.

Temos a intenção de garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, visto que na perspectiva teórica da Psicologia Social Comunitária Sócio-Histórica, o princípio expresso por MARX e ENGELS (2007, p. 539) na décima primeira tese contra Feurbach é fundamental: “*os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo*”. Consideramos também que a intervenção deva ser realizada por meio do processo grupal, e este como forma de coleta de informações, é farto! Pois o grupo favorece a identificação das diferenças e das semelhanças das experiências individuais acerca das categorias do fenômeno que está sendo discutido e possibilita a problematização por meio da confrontação de valores, experiências, sentimentos e informações oriundas do senso comum e do conhecimento científico. LANE (1984).

MARTÍN-BARÓ (1989) refere-se ao processo grupal como uma estrutura de vínculos e relações entre os participantes que canaliza, em cada circunstância, necessidades individuais e interesses coletivos. O grupo tem sempre uma dimensão referida a seus membros e uma estrutural, referida à sociedade em que se produz. Ambas estão intrinsecamente ligadas entre si. Outro parâmetro que ele propõe refere-se ao poder que, diz ele, não é um dado abstrato, mas aparece em cada relação concreta. O autor aponta três características do poder: ele está presente onde existem relações sociais, seja entre pessoas ou entre grupos; se baseia na posse de recursos, surge numa relação de desequilíbrio a respeito de um determinado objeto e a terceira característica o poder produz um efeito na mesma relação social, que se dá tanto sobre o objeto da relação como sobre as pessoas ou grupos relacionados.

O processo grupal permite aos indivíduos se instrumentalizados, refletir em busca de soluções coletivas para problemáticas que devam ser enfrentadas coletivamente, a partir da atividade, identidade e poder grupal, aspectos que têm implicações entre si em cada situação concreta por meio de seus membros, não são independentes. O processo grupal, espelhando a prática cotidiana de cada participante, possibilita a troca de experiências, o enfrentamento dos sentimentos de impotência e outros, e impulsiona trocas de recursos que auxiliem na construção de uma proposta de intervenção em situações nas quais a violência se apresente, de acordo com as possibilidades que cada papel oferece.

2. A violência nas escolas

Levantamentos *in loco* e revisão de literatura apontaram que o enfrentamento das situações de violência nas escolas ocorre nas formas clássicas: psicólogos e outros profissionais, são convidados para ministrar palestras de conscientização. Outras informações colhidas mostra como conseqüência da violência nas escolas que os professores desenvolvem suas atividades, num clima permanente de tensão e insegurança, ao qual se associam os sentimentos de impotência, derrota, medo, amargura, tristeza e frustração. Esta associação provoca o arrependimento por terem optado pela docência, gera resignação e desmotivação para o desenvolvimento de suas atividades, e culmina com afastamentos do trabalho por problemas de saúde, tais como estresse, depressão *etc.*

Alguns professores não reconhecem o papel da escola como instituição social que também contribui para a constituição da subjetividade do indivíduo e que, conseqüentemente, contribui para perpetrar o uso da violência, bem como, não se reconhece o papel do professor como um mediador das relações sociais. Os dados ainda demonstraram que na formação inicial não se ministra subsídios teórico-metodológicos sobre o fenômeno da violência. Outra inferência que as informações possibilitam: os professores têm uma concepção de violência religiosa ou biologicista, uma vez que a maioria deles justifica a violência e o aumento do número de ocorrências de violência nas escolas pela **culpa do indivíduo**, portador de carência afetiva, usuário de drogas, ou com necessidade de educação básica no **grupo familiar**; ou porque a família substituiu os valores éticos e religiosos por valores materiais e financeiros e se desestruturou; ou por causa do **sistema social** representado pelas categorias desemprego e desigualdade social.

A violência, além de agravar os problemas relacionados à Educação, evidencia, dentro das instituições, a exclusão social a que muitos brasileiros estão sujeitos, porque a grande maioria de vítimas ou perpetradores da violência são também vítimas de um

sistema social excludente. A violência nas escolas tem dificultado a apropriação dos conteúdos social e historicamente elaborados, no caso de alunos expulsos das salas de aula esse fato provoca em seus familiares sentimentos de revolta contra o sistema educacional e de desalento em relação ao sistema social. Este estudo preliminar oferece-nos base para os estudos e discussões acerca do conceito de violência, e também refletir sobre o contexto sócio-histórico no qual a violência é produzida e reproduzida sob o imperialismo do capital que nos ameaça constantemente com investidas violentas contra a humanidade.

2.1. Aspectos conceituais da violência: a violência como construção social e histórica.

VÁSQUEZ (1978), que discorre sobre a violência do ponto de vista do Materialismo Histórico Dialético, e a compreende como um instrumento desenvolvido a serviço do processo de transformação da natureza, trazendo contribuições filosóficas sobre o entendimento das raízes da violência no processo social e histórico, aponta que na *práxis* produtiva, ou mesmo na *práxis* artística, no processo de objetivação, exige-se o uso da violência (do latim *vis* = força), pois, na transformação de uma matéria, a atividade humana encontra resistência ou limite da própria matéria; conseqüentemente, o homem na sua relação com a natureza viola constantemente a ordem natural estabelecida, imprime-lhe uma forma humana mediante a alteração da legalidade da matéria; impõe-lhe uma lei que lhe é estranha, uma lei humana:

Na medida em que a atividade prática humana se exerce sobre um objeto físico, real, e exige a alteração ou destruição física de sua legalidade ou de algumas de suas propriedades, pode-se dizer que a violência acompanha a *práxis*. A violência se manifesta onde o natural ou o humano – como matéria ou como objeto de sua ação – resiste ao homem. Verifica-se justamente numa atividade humana que detém, desvia e finalmente altera a legalidade natural ou social. Nesse sentido, a violência é exclusiva do homem, na medida em que ele e o único ser que para manter-se em sua legalidade propriamente humana necessita violar ou violentar constantemente uma legalidade “exterior” (VÁSQUEZ, 1978. p. 374).

O sentido de violência, neste caso, é tido como destruição ou alteração humana de uma determinada ordem natural. Esse sentido se altera na *práxis* social, quando o homem não é apenas sujeito, mas também objeto da ação violenta. Aqui a ação se exerce sobre homens concretos. Mas a violência não se destina apenas à destruição física e corpórea, mas também a seu ser social, ou seja, à sua condição de sujeito de determinadas relações sociais, econômicas, políticas, que se encarnam e cristalizam em certas instituições e relações que não existem à margem dos indivíduos concretos. Por não se esgotar no ser físico, o homem como objeto da violência não resiste cegamente, ele apresenta uma resistência, reage de acordo com seu grau de consciência, variando a resistência até convertê-la em oposição aberta.

Historicamente temos visto que a violência está tão vinculada à produção ou criação histórica, que às vezes não se caracteriza a violência como meio a serviço de um fim. No capitalismo atual, a violência se mostra tanto nas formas diretas e organizadas de uma violência real ou possível, como na violência vinculada ao caráter alienante e explorador das relações humanas. A violência da miséria, da fome, das enfermidades, *etc.* não são respostas a uma forma de violência, mas a própria violência como modo de

vida, porque assim exige a própria essência do regime social. Não podemos ignorar que estamos nos desenvolvendo num mundo governado pela violência; assim, não podemos negá-la, nem encobri-la, mas compreendê-la nos próprios fins de uma determinada forma de organização social, sob forma da exploração do homem pelo homem, quando se pode falar, então, de uma violência estrutural.

2.2. Da violência estrutural à violência cotidiana e seu enfrentamento.

MARX, ENGELS e LENIN sempre reconheceram a existência da violência estrutural imposta pelas contradições inconciliáveis de uma sociedade dividida em classes antagônicas, mas não podemos nos deter somente na análise da existência da violência entre classes; temos também que atender para os interesses e objetivos humanos das classes sociais que, ao entrarem em conflito, praticam a violência. A vinculação entre violência e os fatores econômicos e sociais que a determinam é vital, porque, no reconhecimento desse vínculo, está também a chave para a criação de uma sociedade em que sejam abolidas as relações violentas entre os homens.

A *práxis* social passou necessariamente pela violência, mas, se o progresso na autoprodução do homem apresenta uma evolução em sua humanização, ou seja, em sua elevação como ser social, consciente, livre e criador, a violência constitui-se, de certo modo, anti-humana, oposta a essa natureza livre criadora que o homem procura alcançar, pois, para alcançar esse mundo verdadeiramente humano a violência tem que ser excluída. Nesse momento histórico podemos falar da ação não-violenta como negação dialética da ação violenta, que não significa passividade, mas atividade, como possibilidade de contribuirmos rumo à construção de uma sociedade não violenta, na qual os homens poderão buscar superar as condições sociais atuais e exercer sua humanidade. No entanto, em nosso entendimento, isto só é possível por meio de ações educativas com a finalidade consciente de excluir a violência das relações sociais, pois a não-violência também diz respeito ao homem como ser consciente e social. Trata-se de ocasionar uma transformação em sua consciência (VÁSQUEZ, 1978).

MARTÍN-BARÓ (1997) analisou diferentes enfoques sobre o fenômeno, identificando diversos elementos e processos que constituem o contexto da violência na sociedade atual. O ponto de partida é o reconhecimento da complexidade da violência, suas múltiplas formas qualitativamente diferentes, seus diversos níveis de significação e seus diversos efeitos históricos. O que nos remete a pensar a violência em seus múltiplos determinantes, buscando suas diversas relações, e não focando a análise apenas no indivíduo. Muitas vezes, ao se discutir violência, a agressão é tida como conceito correlato. O autor leva em consideração estudos realizados por outros autores que consideram que a diferença entre violência e agressão é que o fenômeno da violência expressa fenômenos ou atos em que se aplica um excesso de força a algo ou a alguém; agressão seria a violência dirigida contra alguém com o propósito de causar-lhe dano. Mas para ele ambos os termos trazem consigo uma valoração negativa.

Para MARTÍN-BARÓ (1997), o que é considerado como ato violento em determinado momento histórico traz impresso os sinais deixados pelos conflitos sociais existentes na sociedade. E para compreendê-lo, do ponto de vista da significação psicossocial das ações violentas ou agressivas, a compreensão do fato passa pela justificação oferecida em face do mesmo. Esta justificação tem que ser analisada no marco dos interesses e valores reais que caracterizam cada sociedade ou grupo social.

O autor propõe que, ao analisar a violência, é preciso distinguir quatro elementos. O primeiro seria **a estrutura formal do ato**. Como totalidade de sentido, todo ato de violência tem uma configuração caracterizada pela aplicação do excesso de

força sobre uma pessoa, grupo, ou instituição, podendo constituir-se em **violência instrumental**, ou seja, aquele ato realizado como meio para chegar a um objetivo diferente ou a **violência terminal**, ato realizado por si mesmo, o ato buscado como fim. No entanto, entre os seres humanos predomina a violência instrumental. O segundo elemento que deve orientar a análise da violência é a **equação pessoal**, que diz respeito ao particular caráter da pessoa que realiza o ato, e o terceiro aspecto seria o **contexto possibilitador**, ou seja, tanto o desencadeamento como a execução da ação violenta requerem um contexto propício, pois, para que se realize o ato de violência, este deve ser aceito socialmente, e comumente esta aceitação está expressa nos valores e normas formais ou informais que a indicam. Temos que distinguir entre dois tipos de contextos: um amplo, social, e um mais imediato, situacional. O último elemento a ser considerado para orientar a verificação de ações de violência é o **fundo ideológico**. Esse aspecto nos remete a uma realidade social configurada pelos interesses de classe, na qual existem valores, regras, rotinas institucionalizadas e racionalizações que determinam as justificações para a existência da violência. A racionalidade da violência concreta, pessoal ou grupal tem que ser historicamente referida na realidade social em que se produz, pois é à luz dessa realidade que os resultados conseguidos com tal conduta mostram seu sentido e são legitimados por parte de quem dispõe de poder para tal.

Ao compreendermos que a violência é construída socialmente, no sentido em que cada ordem social estabelece as condições em que se pode produzir a violência de forma justificada precisamos reconhecer que esse processo de construção também depende de quatro fatores.

1º - O **agente da ação violenta** tem que ser considerado como um agente legitimado pelo poder estabelecido. Para diversos agentes sociais em nossa sociedade é outorgado o direito ao uso da violência nas suas relações sociais.

2º - Em relação à **vítima**, considerada no processo de construção social da violência, percebe-se que quanto mais baixo seu *status* social ou do grupo ao qual pertence mais facilmente se aceita a violência contra elas.

3º - O **grau de dano** produzido na vítima é outro fator a ser considerado, pois, quanto maior o dano causado, mais justificado terá que aparecer o uso da violência.

4º - A **situação** em que se produz o ato de violência. Quando uma pessoa defende-se de uma violência cometendo outra, resulta mais justificável que um ato violento buscado por si mesmo.

As questões discutidas acima nos impelem a refletir que cada estrutura social configura as formas de relações socialmente aceitas. Ao analisar a violência do ponto de vista psicossocial, não podemos reduzi-la às questões de ordem econômica e política, visto que, cada forma de organização social vai configurando o caráter de seus membros; se estes vão ou não lançar mão da violência nas suas relações sociais dependerá, entre outros fatores, do grau de institucionalização da violência presente no cotidiano de determinado sociedade. A estreita vinculação entre justificção da violência e interesses sociais dominantes mostra que a violência não é medida por si mesma e sim por seus produtos.

Para MARTÍN-BARÓ (1997) o ser humano é sujeito à violência e à agressão como possibilidade nas suas relações sociais. Temos que atentar para o fato de que a violência desumaniza a vítima, que é privada de sua liberdade e de sua dignidade, instrumentalizada como objeto a serviço de interesses alheios ou eliminada como um obstáculo a esses interesses. O agente se desumaniza porque ao tratar desse modo o outro se escraviza e submete-se aos interesses que exigem a desumanização dos outros. Em estudos sobre obediência à autoridade, os clássicos experimentos de MILGRAM (1974) mostraram o efeito das ordens do experimentador na predisposição das pessoas a

administrar choques elétricos em outros. Os sujeitos estimulados a prosseguir pela ordem de um líder aplicavam choques cada vez mais intensos do que aqueles que não recebiam ordens para tal. Não estamos aqui defendendo a impunidade para o agressor, mas que sejam discutidas com eles as formas não-violentas de se educar. Resgatar a historicidade da violência nos remete a refletir sobre:

1 - A abertura humana a violência. O ser humano é um ser aberto à violência como possibilidade de comportamento que tem sua base na configuração de seu próprio organismo – só o humano pode usar a força e a si mesmo como força. Se estas possibilidades se materializarão dependerá das circunstâncias sociais em que se encontram os indivíduos e das exigências particulares que cada pessoa tenha que confrontar em sua própria vida.

2 - O contexto social da luta de classes. Em cada momento, o ordenamento social existente constitui o produto do balanço de forças sociais: a violência estrutural que se caracteriza pelo ordenamento da desigualdade opressiva, mediante também, uma legislação que ampara mecanismos de distribuição social de riqueza e estabelece uma força coercitiva para manter o respeito aos dominantes. Aqui temos a oportunidade de classificar como violentas as políticas públicas que não proporcionam moradia, escola e saúde para todos, *etc.*

3 - A elaboração social da violência. O processo de sociabilidade, mediante o qual os indivíduos chegam a ser pessoas humanas e membros de uma sociedade, supõe a apropriação das exigências do sistema imperante. O controle social constitui essa violência interiorizada para cada pessoa, o que leva a direcionar seu desenvolvimento que requer a submissão a uma ordem opressiva que os aliena e desumaniza. O individualismo e a busca de competência como valores que regem a vida cotidiana dos indivíduos no capitalismo é uma fonte inesgotável e de maximização da alienação.

4 - As causas imediatas da violência. Parece razoável que certos comportamentos violentos são desencadeados pela raiva; por ressentimento ocasionado pelas frustrações de aspirações ou de objetivos concretos; pelos estímulos ambientais, ou pela disponibilidade de poder para realizar atos de violência; a pressão grupal e o convencimento de seu valor como instrumento para chegar a um fim.

5 - A institucionalização da violência. A violência pode institucionalizar-se como um dever de consciência, como demonstraram os experimentos de MILGRAN (1974). A confiança cega nas instituições e sua contribuição para o bem da sociedade têm levado muitos indivíduos a praticarem atos de violência e tortura contra seus semelhantes.

As contribuições fundamentais que a perspectiva psicossocial nos oferece para analisarmos a violência nos remete também, a questão dos temperamentos. De acordo com MARTINS (2001) os temperamentos são as qualidades naturais que sustentam o aspecto dinâmico da atividade psíquica do indivíduo, ou seja, representam seus aspectos mais estáveis, biologicamente arraigados. Entretanto, pela própria natureza social do homem, a esta disposição inata, fundada na individualidade, entrelaçam-se inextricavelmente as experiências e reações básicas da pessoa à vida. Esta compreensão demanda o rompimento de uma conexão ilusória entre inato e imutável, imprescindível quando se trata do temperamento (p. 116).

Para o rompimento da conexão inato-imutável quando se trata de temperamento, um dos caminhos seria a superação da concepção de natureza humana em direção a uma concepção histórico-social da construção do indivíduo, visto que para esta teoria o homem é um ser em constante transformação. E a violência, como meio ou fim, não se constitui um traço ineliminável do humano, e tão pouco é considerada uma forma de educar, em nosso entendimento. Neste sentido, as pré-disposições inatas são passíveis

de transformação por meio do processo de sociabilidade, considerando que de acordo com CHAUI (1999):

a humanidade dos homens reside no fato de serem racionais, dotados de vontade livre, de capacidade para a comunicação e para a vida em sociedade, de capacidade para interagir com a natureza. E com o tempo, nossa cultura e sociedade nos definem como **sujeitos** do conhecimento e da ação, localizando a violência em tudo aquilo que reduz um sujeito à condição de objeto. Do ponto de vista ético somos **pessoas** e não podemos ser tratados como **coisas**. Os valores éticos se oferecem, portanto, como expressão e garantia de nossa condição de sujeitos, proibindo moralmente que nos transformem em coisa usada e manipulada por outros (p.337).

A compreensão de que os homens são seres cognoscentes, ou seja, têm consciência do que conhecem, nos impele a refletir sobre as relações sociais permeadas pelo uso da violência e buscar aboli-la de tais relações, pois a violência não é um meio de educar, é um meio de nos tornar objetos, coisas, não-humanos. Esta tem sido a contribuição que temos oferecido nos nossos projetos de extensão universitária, pesquisas e intervenções sobre violência nas escolas, que envolvem discentes, professores e profissionais que trabalham com crianças e adolescentes. Concluindo, se compreendermos que a agressão e a abertura do humano para agir por meio da violência são condições sociais e históricas, engendradas nas relações entre os homens, é possível combatê-las, por meio de processos educativos nos quais a ênfase recairá na construção de relações que prescindam do uso da violência e na expressão da humanidade.

Referências

CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). *Psicologia Social – o Homem em Movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTIN-BARÓ, I. *Ação e Ideologia*. 8. ed. San Salvador: UCA Editores, 1997. V. 01.

MARTIN-BARÓ, I. *Sistema, Grupo y Poder. Psicología Social desde Centroamérica*. El Salvador, C. A: UCA Editores, 1989. v. II.

MARTINS, L. M. *Análise Histórico-cultural do Processo de Personalização de Professores*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Marília, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MILGRAN, S. *Obedience to Authority: an experimental view*. New York: Harper & Row, 1974.

SILVA, N. R. da. *Violência no Cotidiano da Escola e Processo Formativo de Professores. Alternativas para Relações Sociais que Prescindam do Uso da Violência*. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – PUC, São Paulo, 2006.

VÁSQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.